

013

CRIMINALIDADE, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS - 2 SUB SESSÃO

SESSÕES TEMÁTICAS



HISTÓRIA E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO¹

Aurélio Michel da Rosa Gonçalves (UFRRJ)²

RESUMO

Nas últimas décadas, o Rio de Janeiro experimentou diversas políticas entrelaçadas ao seu contexto social e as perspectivas dominantes, presentes nos discursos sobre violência da mídia e nos diversos segmentos sociais. No fim do século XX, a sociedade brasileira passava por transformações sociais, políticas e econômicas, assim como nos padrões de crime e nas organizações criminosas. Esse período se caracteriza por tentativas de adoção de modelos de controle social humanizados, revelando uma correlação de forças específica de um período de democratização da sociedade brasileira. No mundo ocidental, nesse período se consolidou uma tendência de controle e contenção da pobreza, atendendo as transformações de um novo modelo de estado Neoliberal. No Rio de Janeiro, os modelos de controle repressivos se intensificam a partir do fim do século XX e primeiras décadas do século XXI. Este artigo se constitui da historicização dos caminhos das políticas de segurança no Rio de Janeiro, compreendo o Estado enquanto agenciador de um processo de matabilidade. Este estudo se dá a partir de análises de jornais, dados oficiais e da revisão bibliográfica. E considera o contexto social e a produção de discursos que se articulam com as políticas de segurança para compreensão desse quadro. Pretendemos, com isso, uma reflexão sobre as características dos modelos de controle das políticas de segurança pública, engendradas nos fenômenos que emergem no mundo capitalista.

Palavras-chave: Segurança Pública, Necropolítica, Extermínio, Rio de Janeiro

¹ O presente artigo é desdobramento do desenvolvimento da pesquisa de Monografia para o curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

² michelrosa_cientistasocial@outlook.com

ABSTRACT

In the last decades, Rio de Janeiro has experimented several policies intertwined with its social context and the dominant perspectives present in the discourses about media violence and in the various social segments. At the end of the twentieth century, Brazilian society underwent social, political and economic transformations, as well as crime patterns and criminal organizations. This period is characterized by attempts to adopt humanized social control models, revealing a correlation of forces specific to a period of democratization of Brazilian society. In the Western world, in this period a tendency of control and containment of poverty was consolidated, attending the transformations of a new model of Neoliberal state. In Rio de Janeiro, repressive control models intensify since the end of the twentieth century and the first decades of the twenty-first century. This article consists in the historicization of the ways of the security policies in Rio de Janeiro, I understand the State as an agent of a process of “killing”. This study is based on newspapers reviews, official data and bibliographic review. And it considers the social context and the production of discourses that are articulated with the security policies to understand this perspective. We intend, therefore, to create a thought about the characteristics of the control models of public security policies, engendered in the phenomena that emerge in the capitalist world.

Keywords: Security Policies, Necropolitics, Extermination, Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Pela centralidade da problemática social da violência e os caminhos das políticas de Segurança Pública no Rio de Janeiro, coloca-se como vital uma inflexão no olhar. Trata-se de propor uma análise crítica visando compreender o fenômeno em que se inscreve o modelo de controle social dessas políticas de segurança. Para isso, trabalhamos com a contribuição de alguns autores que colocam no centro da problemática da violência e ação estatal o desenvolvimento de uma racionalidade estritamente relacionada ao desenvolvimento de sociedades capitalistas. Essas contribuições são constituídas de análise de autores contemporâneos e de uma perspectiva pós-colonial.

Com isso, a história da Segurança Pública no Rio de Janeiro é pensada não como políticas de resolução de conflitos, mas enquanto um caminho de constituição de modelos de controle social repressivos. A escolha dessa lente analítica se dá pela constatação empírica dessas políticas, pensadas numa relação de forças históricas e sociais. A construção teórica das Políticas de Segurança dentro de uma narrativa histórica possibilita compreender seus pontos de inflexão em contextos particulares de transformação da sociedade brasileira.

Dentro do quadro histórico das políticas de segurança, considera-se neste artigo o período da abertura democrática ao último governo estadual, que se encerra em 2018. Todavia, a Intervenção Federal-militar não se torna objeto de análise, tendo em vista que poderia ser considerada outra gestão da segurança pública no estado. A primeira parte do presente artigo corresponde à descrição das políticas de segurança das últimas duas décadas do século XX e se dá centralmente na revisão bibliográfica sobre segurança pública. Em um segundo momento, essas políticas são descritas a partir de informações extraídas de jornais e na revisão de alguns trabalhos. Para a melhor compreensão dessas políticas esta pesquisa se vale de uma discussão sobre os modos de controle social e extermínio nas sociedades modernas capitalistas. Pensando essas formas de controle e extermínio articuladas aos discursos que circulam pelo tecido social, engendradas a partir de forças sociais e históricas.

Para isso, são analisadas as ações das gestões do estado nos respectivos governos, os discursos autoridades públicas presentes em meios de comunicação e proferidos em eventos oficiais. Assim como algumas medidas concretas das forças de segurança e força armadas. E o pano de fundo dos diferentes contextos, acontecimentos e transformações da sociedade brasileira. Essa pesquisa possui viés qualitativo e se constitui pelo método dedutivo. Estatísticas podem aparecer pontualmente, mas não possuem centralidade nesta pesquisa. O instrumental teórico é desenvolvido em um primeiro momento e abordado ao longo do texto.

DISCUSSÃO TEÓRICA

De acordo com Soares e Sento-Sé (2000), as políticas de segurança que se sucederam Rio de Janeiro das décadas de 1980 e 1990 se caracterizam em duas concepções, uma ancorada na repressão e outra na prevenção. Dornelles (2003) compreende o modelo fundamentado na punição e repressão como Eficientismo penal, e o caracteriza como um modelo repressivo com fim em si mesmo. Em síntese, esse paradigma consiste em punir, reprimir e exterminar enquanto solução ao problema da criminalidade. Por outro lado, há um modelo que o autor denomina como Prevencionista, que se baseia na humanização do controle social e prevenção de crimes. Segundo Soares e Sento-Sé (id), as políticas de segurança pública oscilaram entre esses dois modelos em um “movimento pendular” nas duas últimas décadas do século XX.

No entanto, cabe ressaltar que durante o período de abertura democrática no Brasil convencionou-se uma interpretação sociológica dicotômica, que atestava a continuidade do dualismo do pensamento social brasileiro (ZALUAR, 1999). Embora essas interpretações tenham contribuído para a consolidação das ciências sociais brasileiras e, mais especificamente, para as análises sobre crime, violência e segurança pública, hoje precisam ser lidas com cautela por suas limitações teóricas. Assim, não concebemos essas políticas enquanto uma dualização dos modelos de controle social do Estado Moderno. E sim como expressão de correlação de forças da sociedade brasileira e do campo das ciências sociais de determinada época.

A diferença central consiste em perceber que não são modelos dualistas e excludentes, mas lógicas simultâneas e coexistentes de funcionamento dos mecanismos de controle social do Estado. Assim, a premissa de distintos modelos dualistas não se sustenta quando pensado em padrões coordenados de atuação das forças de segurança nos distintos territórios fluminenses, nas regiões pobres e ricas. A atuação truculenta e repressiva nas favelas contrasta com a relação baseada no respeito aos direitos humanos e a inviolabilidade dos lares nas regiões de classe média e alta.

Assim, o modelo prevencionista nos territórios pobres reflete momentos de inflexão numa correlação de forças sociais ou mesmo barreiras à perpetuação de modelos de controle social comuns ao mundo Neoliberal. Todavia, esses modelos de controle social repressivos contêm traços internos distintos, o que se evidencia com as várias políticas repressivas que passam a ser adotadas com a virada do século. Dentre os modelos repressivos de controle das populações pobres e negras, consta-se também o funcionamento do sistema carcerário brasileiro que possui um perfil étnico/racial e de classe específico, em consonância com uma tendência de encarceramento do mundo Capitalista.³

Wacquant (1999), em *Prisões da Miséria*, analisa um modelo de controle prisional nas sociedades capitalistas centrais do Ocidente. Focando sua análise sobre uma tendência punitiva e repressiva que permeia discursos e compõe uma rede de agências difusoras. De acordo com o autor, esses discursos têm importante papel na legitimação do rearranjo estrutural do Neoliberalismo, em um movimento de desmonte de um estado de bem-estar social e o fortalecimento de um estado penal e assistencial. Trata-se de garantir a manutenção da ordem neoliberal de uma sociedade baseada nas leis do mercado e na desproteção social total dos cidadãos. Ao analisar o perfil étnico/racial e de classe dos indivíduos encarcerados, o Wacquant demonstra uma tendência punitiva que incide sobre populações negras, pobres e imigrantes, marcada, sobretudo, pela desigualdade social.

Considerando as contribuições de Wacquant, Dornelles (2003) elabora o paradigma do Efcientismo penal, o compreendo a partir dos discursos e das políticas repressivas em sua relação com as modificações neoliberais da sociedade brasileira. Segundo o autor, o paradigma que sustenta as ações e discursos repressivos incrementado pelas transformações neoliberais é caracterizado por políticas neoconservadoras de controle social que visam enquadrar e neutralizar os segmentos pobres da população, compreendidos como ameaça à ordem. Esses discursos, antes de serem pensados por nós enquanto um paradigma ou em uma relação dual de modelos de segurança, são aqui percebidos como constituidores de legitimidade para os diversos modelos de controle repressivos da população das favelas e periferias brasileiras.

Na realidade Fluminense, o encarceramento em massa, a alta letalidade policial, os grupos de extermínio, o modelo socioespacial organizado a partir da desigualdade social e a militarização de territórios são elementos concretos perpetuados, sobretudo, por políticas de estado, apontando para um processo mais amplo a ser pensado a partir de um modelo de controle e gestão da vida coletiva no que Foucault (2008) considerou dispositivo de segurança. No dispositivo de segurança há um alargamento e extensão do uso dos dispositivos disciplinares, punitivos e de vigilância a fim de gerenciar populações inteiras segundo cálculos de possibilidades. Com isso, Foucault pensa a biopolítica enquanto modelo de gestão da vida nas sociedades modernas.

O que se coloca na realidade fluminense são diversos modelos de controle caracterizados em políticas de segurança públicas, em que os dispositivos disciplinares, de vigilância ou de punição se tornam mais ou menos predominante de acordo com a orientação dos diferentes governos estaduais. Assim, embora todos a maior parte se caracterize enquanto modelos repressivos, a predominância de alguns traços internos os distingue. As políticas de segurança adotadas, os discursos em torno dessas políticas e as ações coordenadas das forças nos diferentes governos do estado apontam para predominância de dispositivos distintos no controle da vida das populações pobres fluminenses.

Mas pensar esses modelos apenas a partir da biopolítica constituiria um grande erro, na medida em que as ações adotadas pelas políticas de segurança possuem alto potencial de letalidade, o que se evidencia com as estatísticas, mas que também podem ser analisadas pelos conjuntos de elementos concretos que constituem as políticas de segurança no Rio de Janeiro. Assim, alta letalidade policial seria mais um elementos entre outros, como a existência de grupos de extermínio, o acautelamento do judiciário a execuções sumárias, a contínua política de confronto direto e o advento e aperfeiçoamento dos aparelhos de guerra do estado, assim, também apontam para a preeminência de um modelo de segurança que se baseia na gestão e economia da morte nos territórios pobres.

³ De acordo com dados da Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) 2014, ao menos 67% das pessoas encarceradas são negras e ao menos 76% não possuem ensino médio completo, essa última enquanto característica predominante na população das classes mais baixas. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/emdis-cussao/edicoes/privatizacao-de-presidios/privatizacao-de-presidios/info-perfil-das-pessoas-presas-no-brasil>

E os discursos em torno das políticas não integram e sustentam apenas a legitimidade do controle e contenção das populações pobres, enquanto modelo pensado a partir da biopolítica e característico dos países centrais do Capitalismo. Estão implicados na constituição da Necropolítica Mbembe (2011), evidenciando pelo aperfeiçoamento das tecnologias de matabilidade. A Necropolítica, enquanto gestão política da morte, se forja nas diversas contribuições das sociedades modernas que dão curso há um processo de integração da racionalidade-burocrática com os mecanismos de *fazer morrer*, aperfeiçoando e civilizando o matar e constituído uma verdadeira economia da morte. Assim, um novo regime de poder que é operado nos países colonizados, se efetiva na integração entre Biopolítica, Necropolítica e Estado de Exceção, este último em que um regime de direito coexiste com as práticas excepcionais.

A Necropolítica, no entanto, não pode ser compreendida alheia ao racismo. O racismo é uma tecnologia que constitui a seleção daqueles que podem morrer e aqueles que podem viver, portanto, sendo central aos processos de matabilidade das sociedades modernas. Na sociedade fluminense, extremamente marcada pela desigualdade visível na segregação socioespacial, esse processo de seleção de frações da população passíveis de morrer se centra sob uma divisão marcada pela raça e pela classe econômica⁴.

O processo de matabilidade nos territórios pobres do Rio de Janeiro, deve ser percebido levando em consideração algumas particularidades. Se integrando efetivamente ao estado, mas não se restringindo a políticas oficiais. O Estado, nesse sentido, pode ter um papel permissivo através do acautelamento sem necessariamente coordenar as ações de extermínio. Como é o caso dos grupos de extermínio, presentes em vários estados, mas que se compõe organizacionalmente na articulação com grupos do poder executivo, judiciário e legislativo historicamente no Rio de Janeiro, como mostra a pesquisa de Alves (1999). Nesse sentido, a Necropolítica se efetiva pelos processos de matabilidade operados pelos diversos agentes sociais, mas que tem no Estado seu caráter racional e burocrático a partir de uma sistêmica gestão da morte.

Para Mbembe(id), esses mecanismos se operam também com base na fragmentação territorial, condicionado assim fronteiras e delimitações, gerindo e controlando territorialmente populações através do encadeamento de poderes múltiplos. Assim, o Estado de Sítio, a Biopolítica e Necropolítica se encadeiam nos processos de gestão territorial. Se integrando também ao modelo de sociedade de mercado, que no Rio de Janeiro se constitui em um histórico padrão segregacionista de organização territorial.

CONTEXTO E POLÍTICAS DE SEGURANÇA NO RIO DE JANEIRO DO FIM DO SÉC. XX

A primeira gestão estadual no Rio de Janeiro teve sua política de segurança compreendida enquanto modelo prevencionista de controle social. Tendo em vista que foram elaboradas políticas públicas a partir de uma compreensão de aspectos diversos que contribuem para a consolidação de um modelo de sociedade fundado na igualdade social e em direitos sociais. Leonel Brizola, eleito em 1982, colocou este projeto em curso a partir de investimentos na área em programas da área da educação e moradia popular, assim como suas tentativas de reorientação da atuação policial nos territórios pobres do Rio de Janeiro. Seu projeto que pensava a redução dos índices criminais a partir da redução da desigualdade social e políticas sociais se constituía por modelos de segurança que podem ser pensados enquanto entraves às políticas de Segurança Pública neoliberais.

Esse contexto em que Brizola é eleito e as primeiras políticas sociais postas em prática coincide com o período em que a violência é alçada a um problema central para a sociedade brasileira, passando a figurar na mídia e no debate público. Segundo Soares e Sento-Sé (2000), ainda no fim da década de 1970, com os efeitos da crise econômica, a violência passou a listar entre os principais problemas apontados pela sociedade brasileira e gradualmente ocupou o interesse de lideranças políticas, pesquisadores e lideranças da sociedade civil. Nesse período de início de uma transição lenta para a Democracia, caracterizado também por uma recessão econômica e com a violência figurando fortemente na opinião pública, a segurança pública também passa a ser tematizada.

No início da década de 1980, assim, houve uma crescente preocupação com a Segurança Pública e com o modelo de atuação policial. Como mostra Dornelles (2003), havia uma rejeição à concepção de ação policial militarizada, que para opinião pública evidenciava um entulho autoritário ou um resíduo do autoritarismo da Ditadura Militar. A partir disso, a filosofia dos direitos humanos passa a fundamentar a preocupação pela modificação do modelo de controle social.

⁴ A perpetuidade da política de extermínio da população negra e pobre na sociedade brasileira é expressa nos dados do Atlas da Violência (2018). De acordo com esses dados, em 2016 ao menos 33.590 jovens entre 15 e 29 anos foram assassinados no país. Dentro do universo dos homicídios, 94% das vítimas são do sexo masculino. Sendo 2,7 vezes maiores as chances de jovens negros serem assassinados, quando em comparação com jovens brancos. E o estudo indica ainda que o Rio de Janeiro figura no grupo dos dez estados em que há mais assassinatos de jovens por ano, em média 87 jovens por cem mil habitantes. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432

Nesse mesmo sentido, a aprovação do programa de Brizola pelo crivo das urnas indicou uma correlação de forças favorável a momentânea fundamentação de políticas calcadas nos direitos humanos. Um expoente da atuação política de diversos segmentos da sociedade civil com relevante papel e engajados no processo de democratização da sociedade brasileira. No entanto, não houve penetração destes discursos nas instituições policiais, levando à resistência de Setores da Polícia Civil e da Polícia Militar a um outro modelo de segurança pública (SOARES e SENTO-SÉ, 2000). A compreensão de uma atuação fundamentada nas experiências das forças policiais durante a Ditadura Militar permanecia forte nessas instituições e caracterizava a permanência da referência de antigos modelos de controle e de ação policial. As práticas de tortura comuns daquele período, assim como os esquadrões da morte, permaneciam enquanto referência de segurança interna.

A compreensão de Leonel Brizola sobre a possibilidade de construir políticas que promovessem a igualdade social e a educação e, com isso, reduzissem a violência enfrentou diversos entraves, assim como suas tentativas de pôr fim aos grupos de extermínio. O primeiro deles é que suas políticas eram um contra senso do que se desenhava no mundo ocidental. O Capitalismo conquistava uma nova etapa de superação de suas próprias crises, a ideologia Neoliberal ganha força em todo mundo se apresentado enquanto solução as crises anteriores. E a constituição de um estado penal e punitivo para conter os desajustados da sociedade de mercado passava a ganhar forças. No Brasil, esse processo foi freado pela correlação de forças favorável em um momento de democratização.

E o Rio de Janeiro possuíam sua particularidade na configuração da violência. Como mostra Alves (2003), o empenho de Brizola em desmontar os grupos de extermínio no estado esbarrou nas contradições do populismo Brizolista e no uso do sistema de justiça criminal enquanto solução para pôr fim aos grupos de extermínio. Acontece que o sistema criminal fluminense estava altamente permeado pelos interesses particulares e entrelaçado a uma rede com esses próprios grupos de extermínio.

A relação de agentes do judiciário com o jogo do bicho e os grupos de extermínio, esses últimos produziam grande parte dos homicídios na Baixada Fluminense. Apontando para o agenciamento dos processos de matabilidade enquanto mediador de relações políticas na região. Nesse contexto, a escassez de recursos repassados pelo governo federal se torna um dos principais problemas apontados pela gestão de Brizola enquanto inviabilizadora de um modelo de controle baseado na garantia da vida⁵ e não a complexidade daquela realidade em questão.

Ficava evidente que a permeabilidade e a consolidação dos grupos de extermínio constituíam um modelo de controle social baseado na eliminação do outro, caracterizado como inimigos da sociedade, e, portanto, indesejáveis, descartáveis, suscetíveis aos mecanismos de *fazer morrer*. Esses mecanismos revelavam um processo de matabilidade que naquele momento não se concentrava sobre as ações do Estado, mas que perpassa suas estruturas. O Estado, assim, ao mesmo tempo que se tornara instrumento para a tentativas de instituição de um modelo de controle humanizado, também contribuía para a consolidação de um modelo baseado na gestão da morte.

Todavia, as práticas de extermínio se consolidam ancoradas na difusão de ideias e constituição de um imaginário social que justificam tanto a ação policial violenta, quanto a atuação dos esquadrões da morte. Pensando em termos de políticas oficiais, a atuação policial violenta está inserida dentro dessa rede de ideias corroboradas por diversos agentes difusores de percepções e discursos sobre a violência. Sobretudo a mídia, que passa a ocupar um lugar central nas narrativas sobre a violência cotidiana.

Assim, no contexto destas políticas, os discursos da mídia começavam a delinear a construção de um imaginário que articula violência, direitos humanos e a esquerda fluminense. Brizola passava a receber críticas de setores da classe média e alta, de segmentos políticos conservadores e da mídia, que projetava uma imagem do Governador enquanto incendiário e associado ao caos nos anos sessenta (DORNELLES, 2003). Esta associação colocava Brizola em posição de inimigo público. Esse lugar seria endossado com a constituição de um imaginário de políticas de direitos humanos enquanto políticas “pra defender bandido”. No entanto, de acordo com Sento-Sé, citado por Dornelles (id), o desgaste de Brizola naquele momento não significava o desprestígio de uma concepção de ação policial fundamentada na garantia da vida. A correlação de forças se mostrava favorável às barreiras políticas contra avanço das políticas de extermínio.

Com a eleição de Moreira Franco há uma mudança nesse quadro. Em vias de democratização da sociedade brasileira, seu governo inaugura políticas constituídas por uma orientação que se desenhava nos países centrais do capitalismo⁶ e que no Brasil ia de encontro com os métodos utilizados pela Ditadura Militar.

⁵ Soares, 2000, p. 11

⁶ WAQUACT, Löic. Prisões da Miséria (1999)

Ao fazer sua campanha em torno das promessas de acabar com a violência em seis meses⁷, e ao associar o quadro de violência no estado ao Brizolismo, Moreira Franco adotava a estratégia política que endossava os discursos midiáticos e a constituição do imaginário sobre a violência, que fornecia os elementos para a consolidação de um senso comum punitivo. A estratégia adotada por Moreira consistia em associar Brizola ao crime e, por consequência, atingir à Darcy Ribeiro que havia sido vice-governador na gestão de Brizola e candidato ao governo estadual. A estratégia se atestava eficiente com a vitória de Moreira nas eleições de 1985.

Embora a campanha de Moreira fosse centrada no tema da Segurança Pública e, portanto, em promessas de resolver os problemas da violência, como mostra Soares e Sento-Sé (2000), não haviam planos de ação ou princípios básicos que nortearam sua política na área. Não havia um modelo de segurança pública e controle social definido e pensando por sua gestão.

No primeiro mês de Governo, Moreira lançou os Dez Mandamentos da Polícia do Rio.⁸ No entanto, o documento não se tratava de um plano de redução dos homicídios ou quaisquer outros crimes, assim como também não se tratava do redirecionamento da atuação policial, ou mesmo de desmonte das estruturas criminosas, mas de princípios vagos que não se traduziram em medidas concretas. Evidenciava a admissibilidade de um modelo de controle social baseado na repressão, em que teve como característica a continuidade de padrões de atuação autoritários e repressivos já conhecidos nas instituições policiais. Como mostra Soares e Sento-Sé (idem), nessa época quadros antigos da polícia adquiriram grande autonomia e encaravam a segurança pública como uma questão técnica, cuja solução se centrava na ampliação de métodos conhecidos do período da Ditadura Militar. As ações do governo se restringiriam a ampliação da frota e do efetivo policial e autonomização das Polícias.⁹

De acordo com Alves (2003), foi durante o governo de Moreira que os grupos de extermínio se aperfeiçoaram em atuação e permeabilidade nas instituições públicas, ampliando o alcance do seu poder. Essa complexificação da estrutura e ação criminosa mais tarde contribuiria para o desenvolvimento de uma rede altamente poderosa de Milícias no estado, composta principalmente por policiais. Ainda de acordo com o autor (id), contando com a impunidade que gozavam, policiais estiveram à frente dos diversos grupos de matadores da época, atuando a partir de uma estrutura de poder político na Baixada Fluminense.

Data desta época também a ampliação do tráfico de drogas, em escala mundial, e o tráfico de armas por grupos que disputavam os pontos de venda drogas, o que também teve como resposta do governo estadual a atuação repressiva e violenta (SOARES; SENTO-SÉ, 2000). No governo Moreira Franco a repressão se torna método de atuação policial padrão no combate ao varejo de drogas, contribuindo para a consolidação de um modelo baseado no extermínio enquanto política de Estado.

Portanto, embora nenhum modelo de controle social fosse abertamente proposto, Moreira reificava os discursos do senso comum punitivo e o imaginário social sobre a violência que se desenhavam na época. Tendo em vistas que orientava e permitia uma atuação policial violenta nos territórios pobres e a redução da segurança pública a questões técnicas. Assim como a autonomização das polícias e a ampliação da penetração de grupos de matadores nas instituições públicas. Na prática, em geral, o governo Moreira marcou o abandono das políticas anteriores defendidas por Brizola e o recrudescimento da atuação policial, além da ampliação do poder do crime organizado. De acordo com Dornelles (2003), se sucedeu em seus quatro anos de governo foi uma escalada da violência e atuação policial repressiva.

Ao se eleger 1991, Leonel Brizola novamente se torna obstáculo ao avanço de modelos de extermínio. Dando continuidade às suas políticas fundamentadas no respeito aos direitos humanos, na igualdade social e na cidadania dos segmentos pobres. Todavia, o início daquela década havia sido marcado por uma série de transformações na sociedade brasileira. O Brasil havia passado de uma Ditadura Militar a uma Democracia com uma liberalização da economia. Nesse contexto, o Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense passam a ser incluídos efetivamente no processo de mundialização da economia de um estado Neoliberal, o que provoca consequências na acentuação das desigualdades e com isso também da violência (ALVES, 2003). Enquanto região que concentrava grande parte dos homicídios, conhecida como um dos lugares mais violentos do mundo, mais uma vez a Baixada Fluminense ganha atenção e esforços prioritários de Leonel Brizola¹⁰.

⁷ Em declaração ao Globo Moreira dizia que "A promessa de acabar com a violência absoluta (no Rio) em seis meses não é absurda, porque o índice de violência é fruto da cumplicidade do governo com a criminalidade". Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/moreira-que-prometeu-dar-fim-violencia-no-rio-fez-alia-dos-de-fh-lula-temer-22596719#ixzz5gD6seNMM>

⁸ Mamede, 2010, p. 3-4

⁹ Ibid, p.08

¹⁰ Ver Alves, 2003, p. 162-163, sobre criação do Departamento Geral da Polícia da Baixada Fluminense, o Serviço de Homicídios da Baixada e o Centro de Denúncias de Grupos de Extermínio.

De acordo com Dornelles (2003), os esforços de Brizola produzem estabilização dos índices criminais no estado nos primeiros dois anos de governo. No entanto, a estabilização em patamares altos não se traduziria em uma percepção social de paz e o que se verificou foi o inverso. Ainda segundo o autor (Idem), o crescimento da prática de extorsão por sequestros se tornou combustível para que ganhasse força os discursos repressivos em detrimento da defesa dos direitos humanos. Somados a casos emblemáticos de violência, como Chacina da Candelária e a Chacina de Vigário Geral¹¹ mais uma vez resultaram em um desgaste na imagem do governo e da orientação paradigmática de suas políticas.

O Brizolismo representava o inverso da ideologia neoliberal, se centrava em concepções políticas e ideológicas identificadas como de esquerda, que colocam a igualdade social, a garantia de direitos e a distribuição de renda no centro da sua concepção política. E a mídia partia de construções discursivas repressivas, o que endossava um desgaste do governo. Produzindo-se, assim, por segmentos conservadores e parte da grande mídia uma associação entre a concepção de direitos humanos defendida por Brizola e a sensação de insegurança, desordem e criminalidade generalizada, estimulada pela cultura do medo (DORNELLES, 2003). Com isso, na medida que era forjado no imaginário social fluminense as construções imagéticas sobre a violência, criminalidade e direitos humanos, em um mesmo movimento se delimita o lugar que a esquerda e, portanto, seu projeto de sociedade ocupava nesta realidade.

A imagem dos segmentos da esquerda, encarnado na representação de Brizola se articulava com as representações da violência que compunham o imaginário social, fornecendo elementos para um senso comum punitivo. Ainda segundo Dornelles (2003, p.156), "Tratava-se de uma luta ideológica acirrada, um processo de luta hegemônica, onde parte importante da mídia articula posições políticas conservadoras e autoritárias, ao estimular a cultura do medo". Além do desgaste de Brizola e da esquerda, como também das políticas de direitos humanos, houve o fortalecimento da concepção de segurança pública repressiva, autoritária, conservadora e baseada no extermínio. Neste sentido, a virada mais radical na correlação de forças marca a década de 1990, com os discursos da Lei e da Ordem¹², que respaldam a atuação repressiva em favelas e periferias¹³, assim como as intervenções militares.

As intervenções militares-federais se tornaram frequentes nos territórios fluminenses a partir da década de 1990. Anterior às invasões de favelas e ocupações denominadas como operação Rio I e II, os territórios fluminenses já haviam passado por ao menos quatro intervenções, mas nenhuma em tão grande escala.¹⁴ Durante a Conferência Mundial de Meio Ambiente, em 1992, a ação dos militares durou 15 dias e contou com dezenas de milhares de homens das forças armadas, com fuzis e blindados nas ruas da capital do estado. Os principais alvos foram as favelas da zona sul carioca, em um cordão de isolamento que se estendia do Centro à Barra da Tijuca.¹⁵

A rotina militarizada e o forte esquema de segurança das forças armadas para proteger as autoridades internacionais durante a Eco-92 teriam impactos significativos na percepção social sobre a violência e segurança. Se transformando em símbolo de garantia da paz e harmonia no imaginário social dos cariocas. Com isso, as memórias da Eco-92 e atribuição do clima de paz ao exército constituíram o triunfo para que alguns segmentos sociais reivindiquem mais segurança militarizada (SOARES e SENTO-SÉ, 2000). A legitimidade desse modelo de segurança militarizado e repressivo seria legitimado pela sensação de segurança e paz, sendo encarado enquanto solução para a violência no Rio (DORNELLES, 2003)

A atmosfera de transformação da sociedade brasileira, a globalização do tráfico de drogas, advento de novas práticas criminais, o desprestígio das políticas identificadas com o Brizolismo e a esquerda, contribuíram para que os discursos repressivos e discricionários se tornarem hegemônicos e ganhasse espaço legitimando as propostas de intervenção militar nos territórios fluminenses. Neste mesmo contexto, consolidou-se uma concepção que distinguia os direitos humanos e a cidadania, os primeiros foram associados a esquerda e ao crime, enquanto a Cidadania seria relacionado a uma moral cidadã, ao indivíduo respeitador das leis e possuidor de direitos, ao "cidadão de bem" (DORNELLES, 2000).

¹¹ De acordo Dornelles, 2003, p. 154-155, citando Soares (1994), os massacres da Candelária e Vigário Geral produziram impactos nas referências simbólicas do Rio de Janeiro, assim como na sociabilidade urbana.

¹² Ver Dornelles, 2003, P. 153

¹³ Neste caso, as estatísticas de crimes não podem ser usadas como indicadores para legitimar ações em territórios pobres, tendo em vista que as próprias estatísticas oficiais tendem a reificar a demarcação legal do criminoso, o identificando as classes populares. Ver Coelho, 1978.

¹⁴ Em 1988, na greve de metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional. Em 1992, durante três dias na zona norte do Rio, na região da Tijuca. Novamente em 1992, durante a Conferência Mundial do Meio Ambiente da ONU, conhecida como Eco-92, e em 1993 na Favela Roquete Pinto. Para mais informações sobre as intervenções federais ocorridas na década de 1990, Ver Coimbra, 2001, P. 141-142,

¹⁵ Informações retiradas do levantamento do site o Globo sobre as intervenções federais no Rio de Janeiro. Disponível para acesso através do link <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/tropas-federais-ocupam-as-ruas-da-cidade-desde-conferencia-rio-92-11967977>

Somava-se ao descrédito do Brizolismo, as acusações de envolvimento de Nilo Batista com os chefes do Jogo do Bicho, o apoio de Brizola a permanência de Fernando Collor na presidência e os altos índices de violência no Estado.¹⁶ Na prática, os governos Brizolistas um momentâneo entrave as políticas repressivas e a configuração do crime no Rio de Janeiro. Não conseguindo acabar com os grupos de extermínio ou ter grandes impactos sobre os índices de violência, que passam a ser incrementados com as transformações neoliberais da sociedade brasileira. No fim do governo de Leonel Brizola-Nilo Batista, o terreno social estava fecundo ao abandono das tentativas de construir políticas de igualdade social e direitos humanos. O caminho se mostrava aberto a implementação de uma intervenção federal- militar, em consonância aos discursos repressivos de um senso comum punitivo.

O Brizolismo não havia conseguido implementar um outro modelo de controle social, baseado em uma sociedade igualitária e no respeito à dignidade humana. As medidas Brizolistas estavam em refluxo à tendência das sociedades neoliberais de consolidação dos modelos punitivos, repressivos e de extermínio nos países da periferia do capitalismo, em que as tecnologias de *fazer morrer* se integram ao aos modelos contenção das camadas pobres, visando garantir o funcionamento da sociedade de mercado em meio ao aprofundamento das desigualdades sociais. Assim, as políticas brizolistas seriam suplantadas por uma reorientação da ação e papel do Estado, adequando-o ao modelo de controle social baseado na repressão, punição e no extermínio das camadas pobres da sociedade fluminense. O Governo posterior marcaria a institucionalização da Necropolítica e a adoção aberta e remunerada de agenciamentos do fenômeno da matabilidade.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO EXTERMÍNIO E OS SUBSEQUENTES MODELOS REPRESSIVOS NO SÉCULO XXI

No últimos meses de gestão do governo estadual, Leonel Brizola deixa o cargo para concorrer à presidência, assumindo Nilo Batista.¹⁷ Sob forte pressão de ameaça de uma intervenção direta e levando em conta cálculos políticos de seu partido¹⁸, Nilo Batista cedeu as políticas repressivas e assinou o convênio que delegou o poder das forças de segurança do Rio de Janeiro ao Comando Militar do Leste. Antes da assinatura do convênio era considerado a possibilidade de decretação de estado de defesa pelo governo federal¹⁹. Com o convênio, as forças de segurança passaram a ser subordinadas a um órgão central sob o comando do Exército²⁰.

Ao assumir o governo do estado em 1995, Marcelo Alencar renovou o convênio da operação Rio I e, na sequência, Rio II. De acordo com Caldeira (1997), os generais Cerqueira e Da Silva à frente secretária de segurança no Governo de Marcelo Alencar colocaram em prática ações de cercos, blitz e “ocupações” em favelas e morros a fim de combater o inimigo de uma guerra interna. O inimigo interno, representado na figura do bandido pobre, varejista de drogas e morador da favela, apontava para uma fase de consolidação de um imaginário social da violência que se relaciona com a produção de uma demanda de segurança baseada no extermínio. Ainda segundo Caldeira (idem), as concepções de segurança partilhavam de crenças e valores da doutrina militar em consonância as ações adotadas na operação Rio I e II.

De acordo com Soares (2000, p. 20), “A intervenção federal se configurou como um verdadeiro golpe eleitoral. Pareceu, naquele momento, representar o tiro de misericórdia em qualquer veleidade de sucesso para uma política de segurança pautada pelo respeito aos direitos humanos.” O tema de segurança pública nas campanhas eleitorais fluminenses ganha centralidade, incrementado pelas transformações na sociedade da época e dos padrões de crime. E pelo avanço dos discursos sustentados por um senso comum punitivo de ordem neoliberal, que encontra em um período posterior ao processo de democratização terreno fértil ao seu desenvolvimento. Assim, configurou-se um entrelaçamento entre os cálculos e jogadas eleitorais, as políticas de segurança repressivas e os discursos hegemônicos, estimulados pela mídia e constituídos por um senso comum punitivo. As barreiras às políticas repressivas estavam rompidas, uma virada mais radical das políticas de segurança dava indícios de uma nova correlação de forças.

A política de segurança do governo Marcelo Alencar institucionalizou e colocou em marcha como nunca antes no período democrático um processo de matabilidade, que passava ser protagonizado abertamente pelo Estado. Através da remuneração por morte, conhecida como premiação faroeste, o governo estadual premiava policiais que mais mataram em serviço. E uma arrecadação denominada “imposto caça-bandido”, que seria usado para subsidiar o extermínio, chegou a ser proposta.²¹ Assim, a partir da operação Rio se efetivou uma mudança abrupta nas orientações das políticas de segurança, que saíram do plano dos discursos para se efetivar com aval, estímulo e orientação do Estado. Aquela era a primeira vez que um modelo de controle social baseado no extermínio seria sistematizado em um programa de segurança pública.

¹⁶ Ver Alves, 2003, p. 167

¹⁷ Nessa época, Nilo Batista assume o governo do estado para que Brizola fosse candidato à presidência.

¹⁸ Ver Soares e Sento-Sé, 200, p. 20

¹⁹ Ver Dornelles, 2003, p. 165

²⁰ Ibid, p. 168

²¹ Ver Caldeira, 1997, p. 7

Com a persistência do problema da violência na realidade e no imaginário social fluminense, se torna mais uma vez questão estratégica nas eleições estaduais. Dessa vez para Garotinho faz duras críticas às políticas de extermínio do governo Marcelo Alencar, se apresenta enquanto solução ao problema da violência e vence as eleições de 1998. Inicialmente, Garotinho se mostrou disposto a construção de políticas que considerassem o problema da violência enquanto algo que demandava um conhecimento técnico e especializado e um modelo humanizado de controle social. No processo de transição, contou com uma equipe de pesquisadores na área da violência²², apresentando inicialmente um posicionamento que se aproximava de uma concepção progressista. No entanto, se caracterizou enquanto governo de coalizão, que no campo da segurança pública tentará unir setores progressistas e conservadores em torno de um único projeto.

Assim, segundo Dornelles (2003), inicialmente as propostas apresentadas por Garotinho se firmavam em uma orientação política fundamentada pelo respeito à dignidade humana e aos princípios de direitos humanos. Todavia, ainda segundo o autor (id), suas políticas se caracterizaram por uma alternância entre medidas repressivas e discursos que em alguns momentos se aproximavam de uma concepção progressista. Ainda em período eleitoral, Garotinho em discurso sobre a segurança pública afirmava haver uma necessidade de atuação policial semelhante em territórios pobres e ricos. Segundo ele “A polícia não existe só para pobre. As operações repressivas serão feitas da mesma maneira na Barra, no São Conrado e Rocinha”.²³ Embora reconheça que as políticas mais repressivas recaem sobre as populações pobres, a repressão em si não se torna um problema quando em uma ação qualificada e técnica.

Os posicionamentos progressistas não constituíam um contraponto excludente de uma concepção e ação repressiva, a ser utilizada quando necessário. E não só o Governador, como também Luiz Eduardo Soares, pesquisador no campo da segurança pública e subsecretário em seu governo, compartilhava deste posicionamento, compreendendo a necessidade de uma “repressão qualificada” que integrasse inteligência e repressão.²⁴ O que consistia no aperfeiçoamento dos dispositivos de controle e punição do estado a fim de uma política mais pontual, ao invés de uma repressão generalizada e baseada no extermínio.

No segundo ano de sua gestão, Garotinho publica um artigo na Folha de São Paulo em que anunciava que o estado havia comprado mais viaturas e aumentado o efetivo policial. Constatava o problema da violência e a centralidade da segurança pública nas eleições estaduais e anunciava seu modelo de segurança que integrava medidas repressivas e preventivas.²⁵ Naquele mesmo ano, Luiz Eduardo Soares passava a denunciar ao Ministério público o que ele denominou como “banda podre da polícia”, desencadeando uma crise na cúpula de segurança e levando a sua demissão ao vivo pela Tevé.

Para o subsecretário, havia demora e corporativismo na apuração das denúncias de crimes cometidos por policiais. As principais denúncias eram de homicídio, desaparecimento de pessoas e extorsão.²⁶ Entretanto, não só as denúncias, como também o modelo de segurança defendido por Soares, que consistia em transformar as delegacias em repartições públicas com diversos serviços, contribuía para que ele fosse demitido (DORNELLES, 2003). Soares correspondia ao projeto progressista da gestão de Garotinho, sua demissão demonstra o esgotamento das tentativas de articular um projeto único em torno de um modelo de controle social humanizado e menos repressivo.

A perpetuidade da Necropolítica enquanto mecanismos de gestão das populações pobres se evidenciava seja por sua permeabilidade pouco visível nas estruturas do Estado ou pelas estratégias abertas de extermínio consideradas política de segurança. Com o abandono das tentativas pactuar concepções distintas e dissonantes de segurança pelo governo Garotinho, se consolidava mais uma vez modelo repressivo baseado no extermínio. Ainda mais no último ano do Governo Garotinho, em que Benedita da Silva assume. O Blindado conhecido como “Caveirão” foi introduzido à frota da Batalhão de Operações Especiais (BOPE) em 2002. E passa a compor o quadro de equipamentos de guerra utilizados em operações em áreas residenciais pobres do Rio de Janeiro, incrementando com novas tecnologias os dispositivos de extermínio e repressão.

²² Ao menos três cientistas sociais fizeram parte a cúpula de transição, sendo eles Rubem César Fernandes, Coordenador da Ong Viva Rio; Luiz Eduardo Soares, pesquisador de Segurança Pública; e Bárbara Soares, antropóloga e pesquisadora de Gênero e violência. O Globo, 28/10/1998, disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com>

²³ Discurso transcrito na edição do Jornal o Globo. Na mesma página, em destaque, a chamada “General admite chamar o Exército”, com a foto do General Siqueira, convidado por Garotinho para comandar a secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. O Globo, 27/10/1998

²⁴ Ver Dornelles, 2003, p. 195.

²⁵ “Exemplo para o País”, Folha de São Paulo, 18/03/2000, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0901200008.htm>

²⁶ “Garotinho demite pela TV assessor que denunciou ‘banda podre’ da polícia”, Folha de São Paulo, 18/03/2000, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1803200001.htm>

Nas eleições estaduais de 2002, a candidata Rosinha Matheus esvaiu-se do debate sobre a Segurança Pública. Uma estratégia política, dada sua posição de sucessão ao governo anterior. Embora Rosinha mantivesse uma relação matrimonial e política com o ex-governador, o ônus sobre o quadro de violência dos anos anteriores recaía sobre Benedita que assumiu a gestão estadual no último ano, após a saída de Garotinho para concorrer à presidência.²⁷ Nenhuma gestão havia conseguido produzir uma mudança significativa e contínua nos índices criminais e na violência. A violência passa não só a se tornar um padrão de resolução de conflitos, mas era produzida por operações bélicas e letais em territórios pobres do estado. Nesse período a letalidade violenta, que acumula índices de diferentes tipos de homicídios, se mantinha crescente.²⁸

Embora em discurso de posse, a governadora afirmasse que o caminho do combate a violência se daria pelo combate à desigualdade social²⁹, o início do governo Rosinha anunciava a perpetuação de políticas repressivas e de extermínio, sem apontamentos em outro sentido. No décimo dia de governo, uma megaoperação foi montada para cumprir mandados de prisão na Favela da Coreia, em Senador Camará, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. A operação contou com 58 carros e dois helicópteros e resultou em um Chacina de 10 mortos, entre traficantes e moradores, a maioria encurralados dentro de uma casa. Ao visitar o local, o Secretário do governo Rosinha, Josias Quintal, afirmava que a operação havia sido bem-sucedida³⁰ Os extermínios, outrora operacionalizados pelas execuções sumárias remuneradas, agora passam a se justificar pelo enfrentamento da guerra às drogas e ao crime. Trata-se uma fachada necessária ao agenciamento da Necropolítica diante da democracia liberal brasileira.

Em outra ocasião, às vésperas do Carnaval Carioca, uma série de ataques à ônibus e diversos crimes aconteceram simultaneamente no Rio, o que teve como resposta novamente megaoperações nas favelas fluminenses. Na negociação entre governo federal e o governo estadual havia um consenso, a ideia que seria necessário o uso da violência nos territórios pobres para combater o crime.³¹

Passados alguns meses, Garotinho volta à cena e assume Secretaria de Segurança Pública do estado. No dia seguinte, anuncia medidas de combate à violência durante evento em um Batalhão de Polícia Militar. Trata-se de equipar as forças policiais com helicópteros, com câmeras para patrulhar a região metropolitana, integração das operações policiais com os líderes comunitários, que deveriam panfletar a favor das incursões bélicas, e a instalação de cabines blindadas.³² Dez dias depois, em declaração Garotinho afirmava que a violência no Rio de Janeiro estava fora de controle, mas com a repercussão gerada nos meios midiáticos voltava atrás.³³

Ao fim do primeiro ano de mandato, Garotinho e Rosinha eram citados em um relatório da Anistia Internacional. Tratava-se de uma denúncia aos discursos da governadora e seu secretário, que legitimam os assassinatos cometidos por policiais em operações nas favelas e periferias. Em fala citada no documento, o Secretário afirmava que “Nestes doze dias à frente da secretaria de segurança 100 criminosos já morreram em confronto com a polícia”, enquanto a governadora, em apoio, dizia que “Não queremos que ninguém morra, mas se alguém tiver de morrer é quem está praticando o mal para a sociedade”. Ainda de acordo com dados do documento, nos cinco primeiros meses de 2003, a polícia fluminense matou 521 civis só no grande Rio, uma área que faz parte da região metropolitana do Rio.

Durante os anos que se sucederam na gestão de Rosinha Matheus, as Chacinas cometidas por policiais, em operações oficiais e por grupos de extermínio, incrementam as estatísticas de violência. Destacando-se a Chacina da Baixada Fluminense, em que policiais militares executaram 29 pessoas em Nova Iguaçu e Queimados, e Chacina do Caju, em que 5 jovens, entre eles uma criança, foram executados em uma operação policial.

O ímpeto de modernizar a polícia com aparelhos de guerra e a inclinação a um discurso mais duro em resposta aos ataques sofridos pelo tráfico produziria no Rio de Janeiro o aperfeiçoamento dos meios de extermínio. E assim marca um novo modelo em que se opera a Necropolítica. Até o início de 2006, o estado havia adquirido ao menos 10 Caveirões, totalizados em mais de um milhão de reais.³⁴ A velha receita do uso de mais violência e do discurso repressivo se tornava característica de consecutivos governos. A tendência repressiva que consolida e continua produzindo um grande número de vítimas nas favelas e periferias fluminenses.

²⁷ “Segurança vira arma pelo segundo lugar no Rio”, O Globo, 06/10/2002, disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com>

²⁸ De acordo com dados do ISP, a taxa de letalidade violenta - Homicídio doloso, roubo seguido de morte, lesão corporal seguido de morte e homicídio decorrentes de intervenção de agente do estado – nos períodos de 1998 a 2003, respectivamente, foram de 45,5 a 54,03 por cem mil habitantes.

²⁹ Em fala presente no discurso na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus afirmava que faria um governo para os mais pobres. Em seu discurso o tema da Segurança Pública foi deixado em segundo plano. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj2006.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/bb0d304b405b060683256ca10056e7a9?OpenDocument>

³⁰ “Operação contra o tráfico na Zona Oeste termina com 11 mortos”, O Globo, 11/01/2003, acessado pelo site <https://acervo.oglobo.globo.com/>

³¹ Na época, Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça do Governo Lula, admite a necessidade de usar a violência em regiões onde há narcotráfico. Subtende-se as favelas e periferias em que o narcotráfico atua ostensivamente. Informação extraída de Matéria do dia 26/03/2003, no acervo do Jornal O Globo, disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>

³² “Um pacote contra o crime”, 29/04/2003, O Globo, disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>

³³ “Descontrole Total”, O Globo, 08/05/2003, disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>

³⁴ Dados extraídos do Relatório da Anistia Internacional “Brasil. Rio de Janeiro 2003: Candelária e Vigário Geral 10 anos depois”, disponível em <https://anistia.org.br>

Com discurso favorável aos Direitos Humanos e a retirada do Caveirão das favelas, Sérgio Cabral vence as eleições de 2006, a partir de uma coalizão de centro-esquerda, mas rapidamente muda seu posicionamento (ALVES e EVANSON, 2013). Durante sua posse, Cabral prometeu “Ganhar a guerra contra os criminosos” e “dar segurança à população”.³⁵ Entre suas propostas estaria a de instalar torres blindadas em rodovias, aumentar a frota de carros, construir novos batalhões e aumentar o efetivo policial.³⁶ Para Secretaria de Segurança pública, Cabral nomearia José Mariano Beltrame, que recebia carta branca de atuação. O novo secretário foi delegado da polícia federal e simbolizou uma articulação entre o governo federal e governo estadual. Beltrame foi uma indicação do Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa.³⁷

As políticas de Segurança do Governo Sérgio Cabral corroboram as antigas práticas de grandes operações, que continuariam causando chacinas nas favelas do Rio de Janeiro. Em 27 de junho de 2007, uma megaoperação foi montada pelo governo do estado, com apoio da força nacional. Essa operação resultou em uma Chacina com ao menos 19 mortos, que ficou conhecida como “Chacina do Pan”, em referência aos Jogos Pan-Americanos que teriam motivado a incursão bélica. As perícias constataram diversos casos de Execuções sumárias.³⁸ Mesmo diante do alto número de mortos, em entrevista o Secretário José Mariano Beltrame lamenta as mortes, mas afirmava que a operação não havia sido violenta. Perguntado sobre as vítimas de bala perdida, o secretário afirmava que as vítimas de bala perdida seriam o remédio amargo do confronto.³⁹ Um remédio que só poderia ser aplicado em territórios de populações passíveis de morrer.

Todavia, diante do destaque que ganhava a segurança pública, uma vez que o Rio de Janeiro sediaria a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, e pressionado a reduzir os homicídios, o governo decidiu mudar as táticas de confronto (ALVES e EVANSON, 2013). Como a retórica de guerra que foi transposta em política pública não teve uma boa repercussão, a inversão da retórica desencadeou no projeto das UPPs (Machado, 2010). Embora as UPPs fossem apresentadas enquanto alternativa às políticas repressivas, o projeto foi mantido em concomitância às operações de guerra nos territórios pobres e periféricos.

Em entrevista, Cabral afirmava que conciliaria as políticas da lei e da ordem com os princípios de direitos humanos. Seria uma nova tentativa de construir um modelo que replicava a coalizão política que o teria eleito. Quando questionado sobre o “Caveirão”, que havia prometido restringir o uso, o governador anunciava a compra de novos blindados.⁴⁰ No fim de 2010, o governo do estado assinaria o contrato de compra de um helicóptero de guerra, que seria apelidado de Caveirão Voador.⁴¹

O projeto das UPPs, pensado enquanto policiamento comunitário, surgiu da instalação de uma base permanente no Morro Dona Marta, na Zona Sul do Rio, no fim de 2008. E só foi expandido e pensado enquanto um programa nos anos seguintes. O projeto consistia na instalação de bases militares e na “pacificação” dos territórios pobres. Um projeto de militarização territorial e controle dos modos de vida nessas regiões. Não representou uma superação das políticas de extermínio, mas a reconfiguração dos meios de controle a fim de atender as demandas do capital. Assim, o modelo se caracterizava pela pacificação dos dissidentes e desajustados à sociedade Neoliberal. Segundo Cano (2012), citado por misse, há uma forte relação das áreas que sediaram os eventos esportivos com a instalação das UPPs, constituindo um cinturão de segurança.

O projeto foi implementado quase que em totalidade nas regiões de domínio de facções de tráfico de drogas, com exceção da unidade do Batam, instalada em uma área de milícia, em Realengo, na Zona Oeste do Rio. A unidade do Batam entrou no projeto depois em que veio à tona a repercussão do caso dos Jornalistas do O Dia, que foram torturados por milicianos na região. A grande repercussão do caso também motivou a criação da CPI das Milícias, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2008. As UPPs foram implementadas em conjunto com um sistema integrado de metas. De acordo com Misse (2014), esse sistema pode ter impactado significativamente na queda dos homicídios. No entanto, ainda segundo Misse (id), na medida em que os homicídios caíram acentuadamente nas áreas de UPPs, concentradas majoritariamente no eixo zona Sul, Norte e Centro da cidade do Rio de Janeiro, inversamente cresciam os índices de desaparecimentos nessas regiões.

³⁵ Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,AA1405126-5606,00.html>

³⁶ Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/confira-as-propostas-de-sergio-cabral-para-governo-5004575>

³⁷ Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,jose-mariano-beltrame-e-novo-secretario-de-seguranca-do-rio,20061117p59457>

³⁸ Informativo da Anistia Internacional, disponível em <https://anistia.org.br/noticias/dez-anos-depois-da-chacina-pan-moradores-complexo-alemao-vivem-sob-violencia-cotidiana-da-policia/>

³⁹ Disponível em Operação fez 13 mortos e não prendeu chefe do tráfico, G1, 27/06/07, <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL60144-5606,00->

⁴⁰ Entrevista disponível no Livro Vivendo no Fogo Cruzado: Moradores de Favela, traficantes de drogas e violência policial no Rio de Janeiro (Alves; Evanson. 2014)

⁴¹ <https://extra.globo.com/casos-de-policia/o-caveirao-voador-esta-chegando-ao-rio-409860.html>

Não há indícios que o modelo de controle social baseado na repressão policial e extermínio tenha sido encerrado com o projeto das UPPs. Mas o inverso, a Necropolítica, que perpassa as políticas de estado, mas a extrapola, assume formas particulares de acordo com as próprias particularidades sociais e históricas. Os desaparecimentos podem ser pensados enquanto uma reconfiguração da matabilidade, ainda mais civilizada e racional. Na medida em que se opera enquanto processo de eliminação dos segmentos indesejados de forma silenciosa, através do aperfeiçoamento de técnicas de matar que não deixam rastros ou elementos visíveis. Isso não significa dizer que essas práticas sejam incomuns aos grupos de extermínio, mas que o Estado passa as incorporá-las. Sobretudo a partir da atuação policial nesses territórios.

O caso mais emblemático de desaparecimento foi do ajudante de pedreiro Amarildo, cujo corpo nunca foi encontrado. Como mostrou as investigações de um delegado empenhado no caso, Amarildo foi torturado e morto por policiais da UPP da Rocinha, em 2013. O caso ganhou repercussão e visibilidade com o clima político efervescente do país naquele ano e com a luta travada por movimentos sociais das favelas. Amarildo, enquanto homem, negro e morador de favela, era marcado pelas características fundamentais das vítimas de violência da sociedade brasileira e fluminense e, portanto, de tecnologias de matabilidade.

Em suma, a orientação das políticas de segurança dos governos de Sérgio Cabral se caracterizou pelas operações bélicas de extermínio e pela ocupação militarizada de territórios pobres. Não obstante, os posicionamentos de Cabral se tornaram variáveis às pressões da opinião pública e às promessas de sediar eventos internacionais. No início de 2014, Cabral renunciou para concorrer ao Senado Federal, Pezão daria continuidade aos últimos meses de sua gestão e ao projeto da Unidades de Polícia Pacificadora.

As propostas de Pezão para o estado se centraram na continuidade, ampliação e fortalecimento do projeto das UPPs. Para isso, Pezão manteve José Mariano Beltrame à frente da secretaria de Segurança Pública nos dois primeiros anos de governo, conferindo-lhe total autonomia, como seu antecessor. No entanto, não só o projeto das UPPs se manteve pelos anos seguintes. As políticas repressivas mais uma vez se tornaram marca do governo do estado. E ainda em 2014, em encontro com o Ministro da Justiça do governo interino de Michel Temer, Pezão pede o endurecimento de leis para combater o tráfico de drogas no Rio de Janeiro.⁴²

No dia 28 de setembro de 2015, policiais do 41º batalhão, conhecidos como “batalhão da morte”, fuzilaram um carro com cinco jovens entre 16 e 25 anos, na zona norte do Rio. Seriam contados ao menos 111 tiros dados pelos policiais, como atestava a perícia.⁴³ Embora se tratasse de um caso ocorrido durante um patrulhamento de rotina, a alta letalidade policial, em grande parte pela prática de execuções sumárias, já havia se tornado comum nas operações militares das polícias fluminenses, sempre com elevação nos meses anteriores à realização de grandes eventos internacionais.⁴⁴

Os primeiros anos da gestão Pezão se caracterizaram pela continuidade das políticas colocadas em curso pelos governos Cabral, o que se evidencia com a permanência do secretário de segurança José Mariano Beltrame nos primeiros dois anos de governo. A saída do Secretário idealizador do projeto das UPPs, após o fim dos jogos Olímpicos, evidencia o objetivo dessas políticas estritamente ligado aos grandes eventos internacionais realizados na capital do Rio de Janeiro. No último ano do Governo Pezão e com a intervenção federal-militar, há um forte movimento de desmonte das UPPs⁴⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história democrática do Rio de Janeiro, constatou-se a constituição de alguns modelos de controle social baseados na repressão e no extermínio. O fim do século XX marca uma correlação de forças em constante mudança, que reflete um processo de formação e transformação da própria sociedade brasileira. A ideologia Neoliberal que fundamenta os discursos punitivos e as políticas repressivas, encontra barreiras em um primeiro momento com uma fase de democratização da sociedade brasileira. Não obstante, as ocupações territoriais militarizadas marcam o fortalecimento dos modelos repressivos, integrados a constituição dos discursos de um senso comum neoliberal. O Estado passa a operar em territórios pobres a partir da gestão da vida e da morte. As disputas em torno das eleições estaduais se forjam enquanto disputas de modos de *fazer viver* e *fazer morrer*. Modelos de controle territorial militarizado e extermínio bélico, sustentados pela égide de guerra às drogas e combate ao Crime.

⁴² “Governador do RJ propõe legislação mais dura contra o tráfico de drogas”, *Gl*, 25/04/2014, disponível no site: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/governador-do-rj-propoe-legislacao-mais-dura-contr-trafico-de-drogas.html>

⁴³ Para mais detalhes, acessar o Relatório “Um legado de violência: homicídios praticados pela polícia e repressão a protestos na Olimpíada do Rio 2016” disponível no site: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/publicacoes/legado-de-violencia-homicidios-pela-policia-e-repressao-protestos-na-olimpiada-rio-2016/>

⁴⁴ *Ibid.* Segundo relatório da Anistia Internacional, houve um crescimento da letalidade policial nos meses que antecederam os grandes eventos esportivos na Cidade do Rio de Janeiro, em comparação aos anos anteriores. Durante os meses que antecederam as Olimpíadas, em 2016, o crescimento foi de 103% em comparação aos mesmos meses do ano anterior.

⁴⁵ Como mostra reportagem do Globo, ainda no início de 2018 diversas UPPs foram desmontadas. <https://oglobo.globo.com/rio/intervencao-anuncia-fim-de-12-upps-mudancas-em-outras-sete-unidades-22631936>

Contudo isso, constata-se que as políticas de segurança pública no Rio de Janeiro poucas vezes foram pensadas para a defesa e proteção da vida, mas sim pela promoção e gestão da morte em territórios pobres. Constituindo um processo histórico de institucionalização da Necropolítica, seja pelo acautelamento e forte permeabilidade dos grupos de extermínio nas estruturas do Estado ou por programas de Segurança que se baseia no extermínio visível e invisíveis das populações de favelas e periferias fluminenses. Em todos os casos, o Estado passa aperfeiçoar os mecanismos de *fazer morrer*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, José Claudio de Souza. **Dos Barões ao extermínio: Uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.
- ALVES, Maria Helena Moreira; EVANSON, Philip. **VIVENDO NO FOGO CRUZADO: MORADORES DE FAVELA, TRAFICANTES DE DROGA E VIOLENCIA POLICIAL NO RIO DE JANEIRO**. SÃO PAULO: UNESP, 2013.
- CALDEIRA, Cesar. **Segurança Pública e sequestros no Rio de Janeiro**. São Paulo: Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86446>. Acesso em: 9 maio 2019.
- COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: O mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.
- DORNELLES, João Ricardo W. **Conflito e Segurança: Entre Pombos e Falcões**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MBEMBE, Achille. **Necropolitique - sobre el gobierno privado indirecto**. Espanha: Melusina, 2011. Disponível em: <https://aphu.org.uy/>. Acesso em: 9 maio 2019.
- MISSE, Daniel Ganem. **Cinco anos de UPPs: Um breve balanço**. Rio de Janeiro: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7238>. Acesso em: 9 maio 2019.
- SOARES, Luiz Eduardo; SENTO-SÉ, João Trajano. **Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: Dilemas de um aprendizado difícil**. Rio de Janeiro: Projeto MARE-CAPES – Reforma do Estado e Proteção Social – Subprojeto Segurança Pública, 2000. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/06/01-Estado-e-seguranca-publi-ca-no-Rio-de-Janeiro.pdf>. Acesso em: 9 maio 2019.
- WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- WEISS, Raquel. **Max Weber e o problema dos valores: as justificativas para a neutralidade axiológica**. Rev. Sociol. Polít. vol.22 no.49 Curitiba Jan./Mar. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782014000100007
- ZALUAR, Alba. **Um debate disperso: Violência e crime no Brasil da redemocratização**. SÃO PAULO: SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000300002. Acesso em: 9 maio 2019.